

TECENDO REDES E LANÇANDO-AS AO MAR: o livro didático de Geografia e o o processo de leitura e escrita

Raul Borges Guimarães*

Era uma manhã de sol típica do início de maio. São Paulo, Colégio Equipe, 1978. Dirigia-me à cantina, quando topei pelo caminho com o diretor da escola, o professor Jocimar Archangelo. Prontamente, convidei-o para assistir à apresentação dos resultados da minha primeira Pesquisa (com p maiúsculo, mesmo) da vida de estudante. Era um trabalho sobre astronomia, coordenado pelo professor de física da turma. O diretor da escola ficou contente com o convite e me apresentou a sorridente mulher que se encontrava ao seu lado. Tratava-se da orientadora pedagógica, responsável pelo desenvolvimento desta inovadora estratégia de ensino, o Projeto. Seu nome? Ausonia Favorito Donato. O meu? Raul Borges Guimarães, aluno do 1ª colegial B.

Curiosamente, esta cena e estes personagens marcaram profundamente a minha vida. De lá para cá, muita água passou por debaixo da ponte e tive a rara oportunidade de acompanhar como os projetos foram sendo incorporados no cotidiano da escola.

Nos primeiros anos, podíamos considerá-los como atividades extracurriculares. Afinal, não eram desenvolvidos em sala de aula

* Professor do Departamento de Geografia da FCT/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)/Campus de Presidente Prudente-SP.

e no transcorrer do bimestre. Como entre cada bimestre havia a semana de recuperação, os alunos em situação de aprovação organizavam-se a partir de temas de interesse e executavam os projetos, sob a supervisão dos professores. A minha turma, por exemplo, estudou astronomia, murais da cidade, o bairro do Bexiga, o Tropicalismo, entre outros temas.

Aos poucos, os projetos foram se transformando numa das estratégias de ensino-aprendizagem centrais do fazer pedagógico da escola. Sempre, é claro, acompanhados pelos olhares atentos da professora Ausonia.

Vejo que nesta caminhada a presença do professor Maurício Mogilnik deu um tempero de metodologia científica a essa proposta. Sua entrada em cena trouxe o recheio todo especial que os projetos têm até hoje. "Antes de qualquer negócio, ache uma boa pergunta! Mais importante que as respostas, é a capacidade de formular problemas." Este passou a ser o nosso lema. E foi na condição de professor de Geografia da escola que pude assistir à apresentação de belíssimos projetos. Eles passaram a traduzir o que os professores desenvolviam em sala de aula, no decorrer do bimestre e com seus alunos.

Estamos em meados dos anos 80. Eu ensaiava os meus primeiros projetos na disciplina Geografia. Tive mais uma oportunidade feliz nessa escola. Agora, novos personagens: Luís Márcio Barbosa e Enrique Manderbaum. A escola crescia, a direção fortalecia sua equipe técnica. Éramos muitos professores jovens. Queríamos experimentar, vivenciar. Sérgio, Fred, Tânia, Ricardo e tantos outros.

Os projetos ganharam enorme impulso e transbordaram para as ruas. Primeiro, ocupamos as ruas de São Paulo (um bom exemplo

de palimpsesto?). Seguindo o curso do rio Tietê, chegamos a Pirapora do Bom Jesus, Itu e Porto Feliz. *Em que medida o rio, de água, na realidade é o encontro do histórico e o geológico?* E como um dia todo rio desemboca no mar, a ele chegamos em outros projetos. Visitamos enseadas, mangues, portos, ilhas. Conversamos com moradores, favelados, pescadores, estivadores, operários, bóia-frias. Coletamos material. Entreolhamo-nos. Trabalhamos em grupo. Transformamos em prática a metodologia de ensino problematizadora.

Você deve estar se perguntando que relação teria toda esta história com o tema "O livro didático de Geografia e o processo de leitura e escrita". Vejamos se consigo explicar.

Neste texto, proponho-me a pensar o papel do livro didático de geografia no processo de leitura e escrita. Para desenvolver tal tarefa, partirei de duas premissas que sustentam o meu raciocínio. A primeira delas é a de que já se foi o tempo de considerar o livro didático como o responsável por todos os problemas do ensino de geografia ou como a panacéia, a grande solução, para esses problemas. A outra premissa, decorrente da primeira, é a da importância que o livro didático tem como fonte de leitura para os nossos alunos.

Evidentemente, não poderia pensar no uso do livro didático sem articulá-lo com o trabalho do professor que ensina geografia. O uso do livro didático na escola depende do trabalho que o professor se propõe a desenvolver.

Na história que acabei de contar, procurei retratar como me fiz professor. Sinta-se convidado a fazer o mesmo através deste texto, revisitando sua trajetória de vida na busca de sentidos e significados

Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996

da sua prática pedagógica ou de estudante. Qual foi o primeiro livro que você manuseou? Que marcas ele deixou na sua vida escolar?

Vamos caminhar por dentro da escola. Falemos daquilo que não se explicita nos documentos oficiais. Trilhemos por uma série de outras relações existentes nesta silenciosa, mas onipresente, política educacional do nosso dia-a-dia. Falemos de nós mesmos, professores, das nossas dificuldades e acertos, medos e mazelas no manuseio dos livros didáticos. Vejamos, enfim, como o livro didático constitui-se um valioso material de apoio (mas não o único) e em fonte de produção de leitura e escrita dos alunos.

Por dentro da sala de aula

Os órgãos governamentais sabem que os melhores rendimentos escolares no Brasil são obtidos por estudantes que freqüentam escolas com corpo docente mais estável e experiente e com bibliotecas com acervo maior e mais diversificado. Sabem também que 42,6% do professorado têm nível de escolaridade superior (licenciatura) e 35,6%, o segundo grau (magistério). (SEAE, 1995)

Mas o que isto, de fato, pode significar num país em que 7,5 milhões de jovens entre 10 e 17 anos acumulam trabalho e estudo? Em que 59,3% destes trabalham mais de 40 horas semanais (IBGE, 1991)? Onde três de cada 10 crianças vivem em famílias que se situam abaixo da "linha de pobreza absoluta", ou seja, com ganho abaixo de 30 dólares per *capita* por mês? Em que cinco de cada 10 crianças são filhos de mães analfabetas?

O que significa discutir política educacional e o uso do livro didático num país em que 60 milhões de brasileiros não concluíram os quatro primeiros anos do 1^a grau?

Creio que não há como fugir aqui do maior desafio deste momento: aguçar nossa capacidade de leitura e a dos nossos alunos. Como, infelizmente, o abandono escolar é precoce no Brasil, a questão que se coloca é a contribuição da geografia para a formação de crianças leitoras e produtoras do texto escrito. Crianças que, não raras vezes, permanecem por um curto período na escola. Que temas ganham relevância para que estes alunos ampliem seu repertório e a compreensão dos significados das experiências presentes e das que viverão num futuro próximo? Que propostas de trabalho com conteúdos de geografia podem possibilitar a construção de oportunidades para falar, pensar e agir?

Olhando para o livro didático sob esta perspectiva, é possível reconhecer alguns conceitos básicos da geografia contemporânea fundamentais para a construção desta leitura e desta prática pedagógica. Dentre esses conceitos, alguns são cada vez mais encontrados nos livros, tais como: ambiente, tecnologia, trabalho e cidadania.

A construção do conceito de ambiente permite o entendimento da dinâmica da natureza, das relações entre seus elementos e da percepção de sua diversidade e permanente transformação. O aluno também pode relacionar o lugar em que vive com os processos utilizados pela sociedade na apropriação da natureza, num nível de compreensão dos aspectos mais visíveis, aparentes, dessa realidade. Neste nível, é possível para o aluno perceber, comparar e relacionar esse processo com a produção do espaço geográfico.

E aí que a discussão e a construção dos conceitos de tecnologia e trabalho ganham enorme relevância. A idéia de apropriação da natureza através do trabalho humano, aparentemente simples no nível do discurso, não tem para as crianças das séries iniciais grandes diferenças do espaço habitado por certos bichos como, por exemplo, as formigas ou abelhas. Mas é possível refletir com os alunos a relação entre as formas de apropriação do espaço com a atual configuração territorial do país e seus determinantes sociais, reconhecendo o processo produtivo como ele ocorre e onde ocorre.

Amplamente concebida, a tecnologia faz parte do núcleo central da noção de trabalho humano desenvolvida nos livros didáticos. Enquanto realização histórica do trabalho, é um aspecto essencial da acumulação de conhecimentos adquiridos na escola e pelos cientistas ou através do desenvolvimento de aptidões no mundo do trabalho. A importância da tecnologia comparece, freqüentemente, nas respostas técnicas encontradas pelas comunidades para enfrentar as condições naturais dos lugares onde vivem. A relação das técnicas com o jogo político entre as nações também tem sido um conteúdo cada vez mais presente.

A cidadania é, por sua vez, considerada um conceito central, pois vivemos num país em que a justiça social ainda não foi conquistada pela maioria da população. Como tem sido abordada através do estudo das formas de organização da vida em sociedade, nas mais diversas manifestações dos movimentos sociais, a cidadania se transformou num conceito de grande interesse para o ensino da geografia. Muito mais do que o exercício dos direitos e deveres previstos nas leis, a cidadania tem sido considerada como a esfera da prática política, onde se conquista e se constrói no dia-a-dia mais participação na vida social.

Mas como andam estas questões em nossa sala de aula? A leitura apresenta-se, exclusivamente, como uma exigência escolar? O uso da leitura estaria fadado a uma obrigação, abandonada sempre que possível?

Muitos poderiam me dizer que o professor que ensina geografia não tem nada com isto ou que talvez o desenvolvimento do hábito da leitura é uma tarefa da disciplina Português. Nossa competência estaria remetida apenas aos conteúdos de geografia?

O livro de geografia como fonte de leitura

No mundo das primeiras letras, a preocupação central de grande parte dos educadores tem redundado em métodos de ensino que privilegiam a mecânica da leitura. Isto se verifica no ensino centrado na busca da correspondência entre o som e a grafia ou da associação entre fonemas e suas correspondentes representações gráficas. Quem nunca ouviu falar da *família da faca* ou da *bola*? Quantos de nós fomos impedidos de escrever palavras que vinham às nossas mentes, mas que apresentavam uma estrutura silábica mais complexa do que as palavras destas *famílias*?

No ensino de geografia não tem sido diferente. Verifica-se a ênfase curricular no estabelecimento de correspondência entre conteúdos recorrentes (a família, a escola, o bairro, o município, o relevo, a vegetação, o país) e a constituição de um todo fragmentário a partir da junção progressiva destes elementos isolados, cuja concepção mecânica de mundo impede que as capacidades cognoscitivas das crianças transformem estes conteúdos em ferramentas de leitura da realidade, no sentido mais amplo.

Desde as primeiras letras, o trabalho da leitura pode contribuir para o desenvolvimento de um pensar sobre o espaço geográfico como um espaço social, produzido pelo trabalho humano. Os conceitos como ambiente, trabalho e cidadania, articulados ao processo de alfabetização, passam a se inserir num processo mais amplo de construção da leitura *de* mundo, na medida em que o aluno tem acesso à diversidade de opiniões e ao enfrentamento de posições.

Dependendo do trabalho que se faça com os conteúdos de geografia, pode-se transformar o temário desta disciplina num campo fértil à problematização, trazendo para a sala de aula o estudo dos sujeitos que produzem o espaço geográfico. Desenvolvendo os conceitos existentes nos livros didáticos e que constituem o que é específico à Geografia, podemos ampliar, ao mesmo tempo, o repertório da leitura e da escrita nas séries subseqüentes.

Coerente com essa perspectiva, o aprendizado da leitura não pode perder de vista as experiências de vida dos alunos que, muitas vezes, não tiveram a oportunidade de desenvolver plenamente a percepção do espaço e do tempo. Espera-se, assim, que este processo de desenvolvimento da leitura desencadeie novas formas de pensar, novas formas de perguntar pelos fatos e de duvidar deles, enfim, desencadeie aprendizagens significativas que caminham na direção de mudanças de ordem conceitual, atitudinal e de valores. O uso do livro didático pode instrumentalizar o leitor para o estabelecimento de elos entre os diversos campos que o ato de investigação aciona no sujeito pensante: o campo conceitual, o campo metodológico, o campo cognitivo e o campo afetivo.

Como se vê, discutir o uso do livro didático é, em última instância, discutir o ato de ler. Afinal, a leitura deve ser entendida não como

um exercício mecânico, mas como produção de significados. Não como um processo meramente de recepção das idéias produzidas pelo autor. Ao contrário, como um processo ativo e criativo, onde autor e leitor estão em interação.

Isto equívale a dizer que o ato de ler implica um mergulho na nossa própria existência. No processo que se concretiza na leitura, o sujeito-leitor recupera seus conhecimentos e crenças, implementa seu raciocínio e se reorganiza internamente. O sujeito-leitor não se apropria passivamente de valores, procedimentos e julgamentos. Considera-os e reconsidera-os a cada nova leitura. Entra em contato com posições diversas e internaliza a tensão presente na sociedade em que está inserido.

Mas onde estão os livros didáticos capazes de traduzir essa preocupação com a leitura? Não seria difícil enumerar algumas boas coleções existentes no mercado e que apresentam uma variada gama de recursos necessários a esse processo de alfabetização. Além do texto conceitual, há nessas coleções fotos coloridas, mapas, gráficos e desenhos ilustrativos que, também tomados como textos, aproximam o aprendizado da fronteira entre a linguagem verbal e a comunicação visual, ampliando, enriquecendo e complexificando as possibilidades de leitura.

Quando o aluno observa os mapas existentes nos livros didáticos, por exemplo, essas figuras acionam a sua imaginação e complementam os sentidos do texto escrito. Enquanto uma representação da realidade, guardam um mínimo aceitável de precisão no que se refere à posição, à forma, às dimensões e à identificação dos objetos e lugares, permitindo a realização de medidas de direções e distâncias. Mas, principalmente quando são

coloridos e diferenciados, reúnem os mais significativos aspectos dos temas tratados pela geografia através de representações sugestivas, utilização de símbolos, cores e tramas apropriadas.

As características das representações cartográficas acima mencionadas lembram aquele dito popular que nos diz: "Uma imagem vale mais que mil palavras". Não raras vezes, o simples manuseio de livros ricos em ilustrações pode estar acionando nas crianças o encontro do vivido, do pensado e do imaginado.

Cabe também lembrar que a existência de textos Complementares, extraídos de artigos de jornal ou mesmo da literatura, põe o leitor do livro didático em contato com o mundo nas mais variadas formas expressas pela ciência e pela arte. E isto é importante por suscitar a inquietação e incentivar o aluno a lançar-se por conta própria no exercício da problematização.

Mas para isto, voltemos novamente ao papel que o professor exerce nesse processo. Afinal, o uso do livro didático como fonte de leitura exige familiaridade com os problemas e as questões nucleadoras da disciplina e ousadia no planejamento das atividades didáticas. Elementos fundamentais para despertar a inquietação dos alunos e, ao mesmo tempo, a segurança diante dos novos conhecimentos. No dizer de Ruben Alves, "é evidente que nem as redes dos pescadores, nem as redes dos cientistas, caem dos céus. Elas têm de ser construídas. O pescador faz suas redes com fios. O cientista faz suas redes com palavras, as teorias".

Podemos acrescentar a esta brilhante analogia o nosso papel de professores. Ensinamos nossos alunos a olhar para essas redes. Redes tecidas pela ciência, pela arte, mas também as redes tecidas

pelas mãos de pescadores. Os alunos aprendem a tecer suas próprias redes e a lançá-las ao mar. Os alunos aprendem a ler e a escrever, estudando geografia.

O livro didático e o fazer pedagógico

E nós, professores? Ainda nos entusiasmos com os textos que lemos? Rompemos a relação de submissão e passividade com os textos que são lidos com os nossos alunos? Transformamos o trabalho de ensino da leitura e da escrita numa possibilidade de aprendizagem, de reflexão?

Ao fazer tais indagações assumo que a dificuldade de leitura é um marco fundamental para o enfrentamento de outras dificuldades igualmente importantes. Escrever, ouvir e, principalmente, falar. Participar e posicionar-se, em última instância.

Mais do que nunca, torna-se fundamental atentarmos aqui para os pressupostos metodológicos, assim como para as concepções — implícitas ou explícitas — sobre o processo de aprendizagem do específico da geografia e do lugar que este aprendizado deve ocupar no processo de alfabetização.

Acredito que o trabalho pedagógico capaz de sustentar estas idéias é aquele centrado na construção de conceitos. O livro didático poderá constituir-se num valioso roteiro de estudos com esta perspectiva.

E por isso que devemos nos aprimorar para realizarmos uma escolha de livro adequada a esses propósitos. Quais são os conceitos trabalhados pelo autor? De que modo é desenvolvido o conteúdo? Para quem é dada voz no texto? Há diversidade de linguagens e preocupação com a comunicação visual?

É urgente que se construa uma cultura do livro e do uso público da biblioteca, fortalecendo a escola como ambiente de leitura. Não podemos assistir passivamente ao incentivo à reprografia, à fragmentação e ao isolamento da leitura do contexto em que o texto foi produzido. Quem é o autor? Em que momento produziu a obra? Quem eram seus interlocutores?

Eis algumas questões que exigem nosso entendimento, reflexão e pesquisa, quando o que está em jogo é o uso do livro didático. Enorme desafio? Sim.

Contudo, é no processo de ensino-aprendizagem e na construção desses conhecimentos que se fundamenta nossa prática pedagógica. A sala de aula é o lugar, por excelência, do fazer do professor. E na forma de entender esse fazer que se abre a possibilidade de torná-la o lugar da aprendizagem do aluno. Ali, o trabalho de leitura deve ser assumido como uma tarefa de quem ensina geografia.

Será possível e desejável comparecer com este tipo de questionamento quando o tema em discussão é o uso do livro didático? Quem sabe... Quero compartilhar este sonho com vocês.